



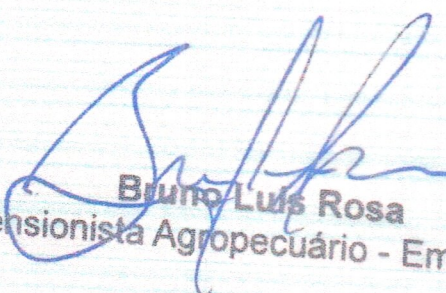
O artigo 13 autoriza o município a estabelecer parcerias, como a que se visa junto ao CIMPAR e outros que sejam possíveis, colocando de forma expressa em seu parágrafo 1º uma autorização de transferência da gestão, execução, coordenação e normatização do SIM. O que, a primeira vista parece reduzir a carga sobre a secretaria de agricultura, entretanto, ao se analisar com mais profundidade, também retira do referido órgão a possibilidade de conduzir um trabalho de extrema relevância para a economia do município e para os agricultores familiares de Bom Jardim, visto que a produção rural de maior expressividade são o leite e o queijo.

No geral, verifica-se que o projeto de lei é bastante benéfico e tem potencial de alavancar a produção de origem animal do município, uma vez que, a adesão ao CIMPAR abre as portas de todos os municípios participantes do Consórcio para a comercialização dos produtos de Bom Jardim.

Nesse interim, há que se atentar, entretanto, para o fato de que referida legislação, para ser aplicável, precisará ser regulamentada por meio de decreto, e este sim, ao ser elaborado, deverá contar com apoio técnico especializado e participação de membros do setor produtivo para se evitar a criação de regras demasiadamente rígidas ou exigências desnecessárias o que pode burocratizar e excluir parcela dos produtores do processo.

Nos colocamos à disposição para quaisquer outras contribuições que sejam necessárias.

Atenciosamente,


Bruno Luis Rosa
Extensionista Agropecuário - Emater-MG